

CAPÍTULO 5

Quatro grandes problemas

Discuti até agora o problema do desenvolvimento econômico como se fosse esse o grande problema brasileiro, e creio ter deixado claro que as principais causas da quase-estagnação desde 1994 são a política liberal de juros altos e o câmbio apreciado que aumentaram o consumo, desestimularam os investimentos na indústria e causaram grave e prematura desindustrialização. É uma armadilha macroeconômica, portanto. Vimos que associadas a essas causas centrais existem três males que impedem o desenvolvimento brasileiro: a doença holandesa, uma apreciação estrutural da moeda nacional; o populismo cambial, que envolve a aceitação/adoção pelos políticos, economistas e a sociedade em geral de um déficit em conta-corrente e de uma correspondente taxa de câmbio apreciada; e o populismo fiscal, que envolve despesas correntes elevadas do Estado, inclusive os juros da dívida pública, poupança pública negativa, superávit primário pequeno e déficit público elevado. Essas duas formas de populismo estão associadas a uma alta preferência pelo consumo imediato por parte da sociedade brasileira, que não se dispõe a fazer sacrifícios no curto prazo para crescer e aumentar os padrões de vida no

médio prazo, e à submissão da grande massa de brasileiros a um sistema de privilégios em favor da elite financeiro-rentista e de uma burocracia pública que recebe salários e aposentadorias injustificáveis.

Existe também o problema do aquecimento global e, mais amplamente, da proteção do ambiente. Esse é um problema compartilhado com todos os demais países, como são também os problemas da corrupção e dos altos níveis de criminalidade. Eu creio que o Brasil tem reagido razoavelmente bem ao problema ambiental. Dentro do espírito do acordo de Paris, o Brasil deve contribuir ativamente para limitá-lo a um aumento de dois graus, definindo para isso metas nacionais e as acompanhando da maneira mais transparente possível. O aquecimento global e, mais amplamente, a questão da proteção da natureza são o desafio maior que hoje enfrenta a humanidade. Há um custo em realizar essa proteção, mas estou convencido de que, primeiro, seu custo é menor do que geralmente se supõe; segundo, que esses custos podem vir a ser uma fonte de demanda e de crescimento. O notável economista Michel Aglietta (2016), por exemplo, a partir da tese das ondas ou ciclos longos de Kondratieff, acredita que a condição de baixo crescimento em que se encontram as economias dos países ricos desde 2008 deverá ser superada por uma quinta onda de inovações e de investimentos voltados para o problema ambiental, que deverá ter como centro a China, que, nos últimos cinco anos, vem realizando um esforço notável nessa área.

Quanto à corrupção, esse é um problema inerente ao capitalismo e é tanto menor quanto mais desenvolvido é o país. É impressionante a correlação entre o grau de desenvolvimento dos países e seu índice de corrupção. Nessa matéria o Brasil adotou um regime eleitoral proporcional com listas abertas que encareceu brutalmente as eleições e

médio prazo, e à submissão da grande massa de brasileiros a um sistema de privilégios em favor da elite financeiro-rentista e de uma burocracia pública que recebe salários e aposentadorias injustificáveis.

Existe também o problema do aquecimento global e, mais amplamente, da proteção do ambiente. Esse é um problema compartilhado com todos os demais países, como são também os problemas da corrupção e dos altos níveis de criminalidade. Eu creio que o Brasil tem reagido razoavelmente bem ao problema ambiental. Dentro do espírito do acordo de Paris, o Brasil deve contribuir ativamente para limitá-lo a um aumento de dois graus, definindo para isso metas nacionais e as acompanhando da maneira mais transparente possível. O aquecimento global e, mais amplamente, a questão da proteção da natureza são o desafio maior que hoje enfrenta a humanidade. Há um custo em realizar essa proteção, mas estou convencido de que, primeiro, seu custo é menor do que geralmente se supõe; segundo, que esses custos podem vir a ser uma fonte de demanda e de crescimento. O notável economista Michel Aglietta (2016), por exemplo, a partir da tese das ondas ou ciclos longos de Kondratieff, acredita que a condição de baixo crescimento em que se encontram as economias dos países ricos desde 2008 deverá ser superada por uma quinta onda de inovações e de investimentos voltados para o problema ambiental, que deverá ter como centro a China, que, nos últimos cinco anos, vem realizando um esforço notável nessa área.

Quanto à corrupção, esse é um problema inerente ao capitalismo e é tanto menor quanto mais desenvolvido é o país. É impressionante a correlação entre o grau de desenvolvimento dos países e seu índice de corrupção. Nessa matéria o Brasil adotou um regime eleitoral proporcional com listas abertas que encareceu brutalmente as eleições e

resultou em substancial aumento da corrupção. Com a operação Lava Jato houve um avanço, mas ao custo do desrespeito aos direitos civis dos cidadãos e do enfraquecimento da grande indústria nacional de construção civil e da Petrobras. Igualmente grave é o problema da alta criminalidade que o Brasil compartilha com o resto do mundo, e que não será resolvido enquanto a sociedade mundial pretender evitar que seus filhos caiam no vício das drogas por meio da sua proibição. Em relação às drogas, não basta descriminar seu uso; é preciso legalizar gradual, mas firmemente, sua produção e comercialização.

Existem, além desses males e além dos vários problemas, quatro problemas que precisam ser resolvidos para que o Brasil volte a ser uma nação coesa, solidária, inserida no sistema econômico e político mundial de forma competitiva. Um é ideológico-cultural, a perda da ideia de nação; outro é puramente político, o sistema eleitoral que, para ser muito democrático, torna a corrupção necessária para a sobrevivência dos deputados federais, e a governabilidade do país, uma aventura incerta; o terceiro é o maior de todos os problemas brasileiros: a imensa desigualdade; e o quarto é uma das manifestações dessa desigualdade e uma consequência da taxa de juros absurda que tem vigido na economia brasileira: as enormes despesas do Estado com juros. Examinarei os quatro problemas na mesma ordem em que os enumerei.

Ideia de nação

O Brasil deixou de crescer satisfatoriamente quando os brasileiros e particularmente suas elites econômicas, políticas e intelectuais perderam sua ideia de nação. Eu sou radicalmente crítico do nacionalismo étnico, mas acredito que o

nacionalismo econômico é uma condição para o desenvolvimento e o alcance do Brasil. Para competir com os demais estados-nação, o Brasil, como qualquer outro país, requer um projeto de desenvolvimento nacional; precisa adotar um regime de política econômica desenvolvimentista baseado na responsabilidade fiscal e cambial, em manter os cinco preços macroeconômicos certos, e na adoção de uma política industrial estratégica. O liberalismo econômico é incompatível com o desenvolvimento econômico porque as elites locais que o adotam se afirmam internacionalistas, mas são dependentes ou coloniais, e, portanto, incapazes de defender os interesses do Brasil quando eles conflitam com os dos países ricos. Elas não sabem nem parecem querer saber que os países centrais não estão interessados na sofisticação produtiva dos países periféricos por muitas razões, a primeira das quais é o fato de que não querem a concorrência na produção industrial de países cuja mão de obra é relativamente barata. Ao invés, estão persuadidas de que os interesses do Brasil e os interesses dos países ricos são basicamente os mesmos, e, portanto, que suas recomendações e pressões visando tornar liberal o regime de política econômica são boas para nós. Crença que os economistas brasileiros que cursam os programas de doutorado nas grandes universidades americanas e inglesas se encarregam de legitimar. Eles ali aprendem uma teoria econômica abstrata, hipotético-dedutiva e, por isso, passível de ser matematizada, que, afinal, é apenas a ideologia neoliberal tornada "científica", não obstante incessantemente falseada pela experiência de todos os países. Uma teoria neoclássica que não serve nem mesmo para os países ricos; o que dizer para os países em desenvolvimento? Mas serve para enriquecer a elite internacional de capitalistas rentistas e financistas que hoje dominam o mundo.

Supor a comunidade de interesses entre países ricos e países em desenvolvimento é uma posição equivocada porque ignora a natureza competitiva do capitalismo. Nele a competição não define apenas a ação das empresas, mas também dos estados-nação. Estes são a sociedade político-territorial específica do capitalismo. Como as empresas devem realizar lucros, investir e crescer, os países devem também realizar um excedente, investir e crescer. Como as empresas competem entre si nessas ações, os estados-nação também competem. Isso não implica que não possa haver cooperação; é claro que há interesses comuns que sugerem ou impõem a cooperação, mas a lei maior é a da competição.

Acresce que essa competição não é entre iguais. Há os países ricos e os países em desenvolvimento, e os países ricos, principalmente os maiores, são imperialistas: sentem-se superiores e com direito de impor seus interesses aos demais. Esse imperialismo vem sofrendo derrotas, desde o pós-guerra, quando se viu o fim do colonialismo formal, porque os povos periféricos se organizaram, adotaram posições políticas nacionalistas e foram capazes de se defender. Ao defenderem o liberalismo econômico e pressionarem os países em desenvolvimento nessa direção, os países ricos estão sendo imperialistas, porque estão buscando impedi-los de se industrializar. Essa tese ficou imensamente desgastada nos anos 1950, e muitos países conseguiram adotar o desenvolvimento e se industrializar, mas nos últimos anos, principalmente na América Latina, vemos a tentativa de se voltar a ela.

Mas se os países ricos são contrários à sofisticação produtiva dos países em desenvolvimento, como explicar as empresas multinacionais industriais? Sua lógica não é a mesma lógica do seu país de origem. Elas se tornaram multinacionais, a partir dos anos 1950 (antes havia empresas internacionais), quando os países em desenvolvimento fecharam suas fronteiras à exportação de bens manufaturados, e não lhes restou

alternativa senão instalar neles suas fábricas. Mais adiante, tornou-se, também, interessante para as empresas multinacionais aproveitar a mão de obra barata dos países periféricos. Mas esse fato não mudou a lógica colonialista mais geral que é a de dificultar a industrialização de futuros concorrentes. Ela está inserida na política mais ampla que os Estados Unidos adotaram quando se tornaram hegemônicos, após a Segunda Guerra Mundial: a política imperial de persuadir/impor ao mundo o liberalismo econômico. Esta decisão talvez possa ser explicada pela natureza evangélica do capitalismo americano, mas sua justificação maior é seu próprio interesse nacional.

Nos anos 1950 e 1960, os nacionalistas brasileiros eram contra o "capital estrangeiro" e suas remessas de lucros às matrizes. O mundo mudou, é preciso distinguir os interesses das empresas dos interesses das nações, e, hoje, ser nacionalista e desenvolvimentista não significa ser contra as empresas multinacionais. Pode significar limitar sua entrada no país, mas não porque elas são estrangeiras, mas porque o país precisa limitar a entrada de capitais em geral para evitar a apreciação da moeda nacional, ou, também, porque o setor é estratégico, e o país prefere conservá-lo em mãos nacionais. Se se opor às empresas multinacionais não é ser nacionalista, o que é, então, ser nacionalista no Brasil? É ser novo-desenvolvimentista. É, essencialmente, rejeitar déficits em conta-corrente, como fazem os países do leste da Ásia, principalmente a China, e realizar um pequeno superávit. É não querer crescer com "poupança externa" e não elevar os juros para atrair capitais. É usar esses superávits para financiar os investimentos das empresas brasileiras no exterior; é torná-las também empresas multinacionais, como, aliás, já temos algumas.

Tudo isto é muito simples. Mas impossível sem que tenhamos uma ideia de nação e um projeto de desenvolvimento.

O sistema eleitoral equivocado

Este livro não está sendo escrito do ponto de vista político, mas há um problema político no sentido mais estrito que representa um grande problema brasileiro: o sistema proporcional de listas abertas. Esse sistema foi estabelecido pela Constituição de 1988 seguindo a tradição brasileira e um belo princípio de representatividade democrática. Os sistemas eleitorais ou são proporcionais, ou são majoritários; ou o número de deputados eleitos é proporcional ao número de votos no partido, ou é distrital, sendo eleito em cada distrito o candidato mais votado. O sistema proporcional é mais democrático, porque reflete as minorias, porque dá espaço para os pequenos partidos. E porque os países mais democráticos do mundo — os países nórdicos — o adotam. Mas são países pequenos, muito diferentes do Brasil. Por muito tempo defendi o sistema distrital misto, mas hoje estou convencido de que a reforma eleitoral deve estabelecer o voto distrital.

O problema da representatividade, que o sistema proporcional pretende atender, não é o problema maior do sistema eleitoral brasileiro. Na democracia representativa, que é a única forma de democracia possível (existe um espaço para a democracia direta, como vemos na Suíça, por exemplo, mas é um espaço pequeno), a representatividade dos parlamentares pode ser teoricamente o maior problema, mas na verdade o maior problema é a independência do parlamentar ao tomar suas decisões, independência essa que será tanto maior quanto menor for o custo das campanhas eleitorais para ele se eleger, e quanto menos ele depender das benesses do Poder Executivo (as emendas parlamentares, no caso do Brasil) para se reeleger. O sistema proporcional de listas abertas não se limita a tirar independência do parlamento;

ele o corrompe, e, dessa forma, corrompe o sistema político. A corrupção envolvida na busca de apoio das empresas ou dos ricos para se reeleger é evidente; o candidato está sendo comprado por elas. E resulta em plutocracia. A corrupção envolvida nas emendas atinge mais o presidente da República, que é obrigado a fazer favores com os recursos do Tesouro nacional aos deputados para que votem nos projetos principais do governo.

Esses argumentos já são suficientes para a preferência pelo sistema distrital, mas podem nos levar a uma solução de compromisso. Desde 1960, me tornei um defensor desse sistema quando um amigo meu, que estudava naquela época na Alemanha, me contou que naquele país havia um sistema distrital misto. Mas há um argumento adicional em relação ao sistema distrital, que nos leva a optar por ele: um sistema eleitoral é bom quando garante ao governo eleito governabilidade; quando lhe garante maioria ou quase-maioria parlamentar. Ora, o sistema proporcional não tem essa qualidade; o distrital misto é um pouco melhor; e o distrital simples, muito melhor. Para entender isso, basta considerar que em um sistema distrital o partido que tiver maior número de votos em nível nacional poderá eleger *todos* os parlamentares ainda que sua vantagem não tenha sido muito grande. É claro que isso nunca acontece. Que nenhum partido consegue maioria em todos os distritos, mas consegue maioria em um número de distritos mais do que proporcional ao número total de votos que recebeu — e está aí o mérito do sistema distrital, porque se torna relativamente mais fácil para o partido vencedor governar. Estou, hoje, convencido que o Brasil deve também adotar o sistema distrital, inclusive porque é o sistema adotado por praticamente todos os grandes países democráticos.

A imensa desigualdade

A imensa desigualdade existente no Brasil tem origem na tardia abolição da escravidão e, uma vez tornada ilegal, o abandono dos antigos escravos à sua própria sorte. A análise da desigualdade brasileira com origem na escravidão foi elaborada de maneira clássica por Florestan Fernandes em pesquisa realizada em São Paulo (Fernandes, 1965: v. II, p. 5). Conforme assinalou Adalberto Cardoso, "Getúlio Vargas representou uma importante ruptura com a dinâmica herdada da escravidão, ao renovar a estrutura do Estado capitalista para incorporar aquela questão em seu próprio âmago", mas Vargas limitou-se a romper a velha ordem em relação aos trabalhadores urbanos. Uma vez abolida a escravidão, esta deu origem a um imenso grupo de excluídos sociais: os trabalhadores livres nacionais, geralmente negros ou mestiços, vítimas da exploração e do desprezo social. Foi dessa população originária dos trabalhadores livres nacionais e da escravidão que se originou a "ralé" de que fala com indignação e propriedade Jessé Souza (2003).

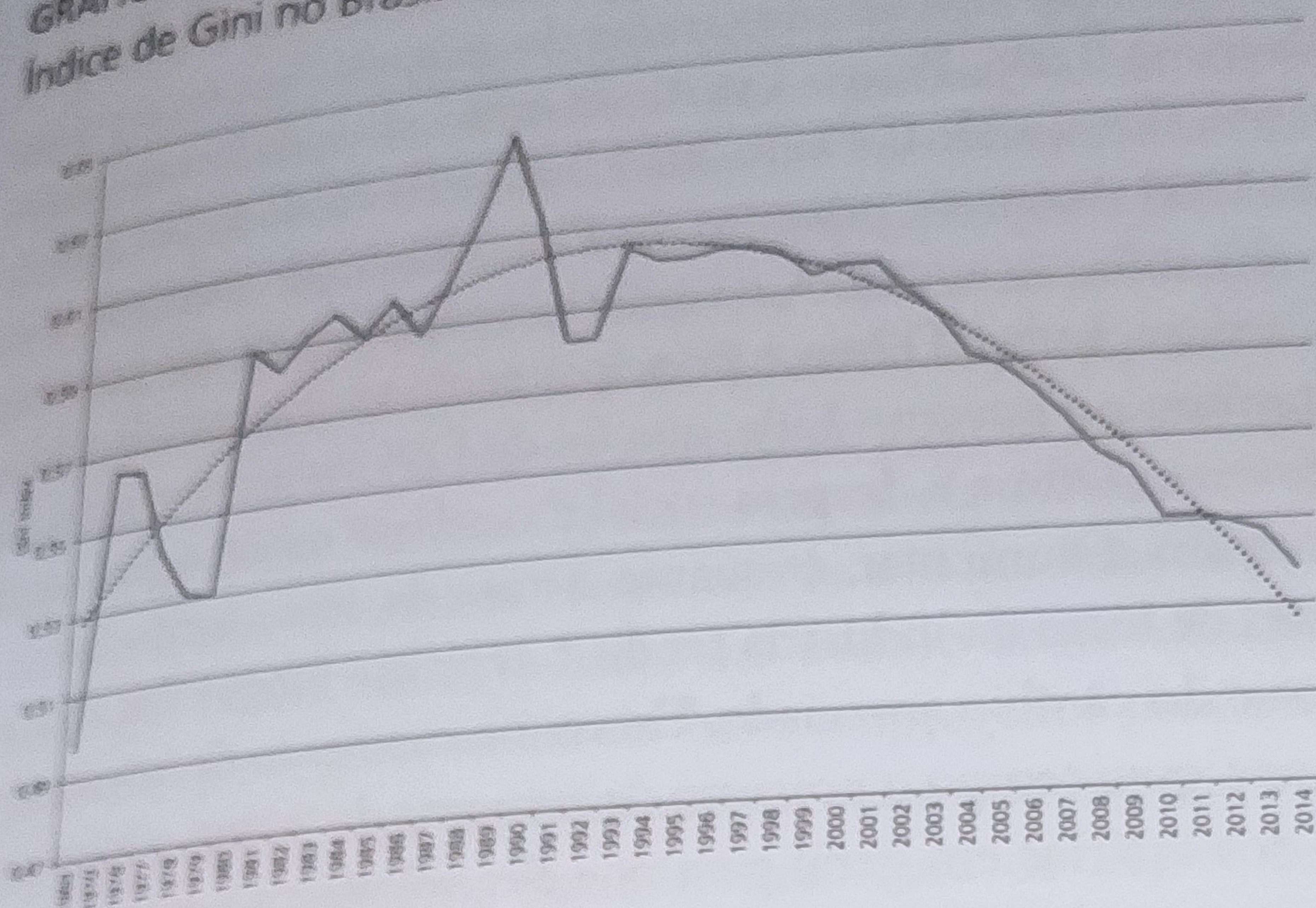
No pacto político democrático popular que antecedeu a transição democrática de 1985, o problema da desigualdade foi afinal reconhecido pelas elites econômicas brasileiras. Nas comparações internacionais, o Brasil geralmente aparecia como o país mais desigual do mundo.¹⁹ Desde 1970 a esquerda fazia uma crítica forte ao regime militar com base nesse fato. Afinal, no grande acordo que foi a transição de-

Um estudo publicado pelo Banco Mundial, em 1980, comparando a participação das famílias 10% mais ricas na renda nacional de 32 países capitalistas, apresentou o Brasil com o maior índice de concentração (50,6%) e a menor com o mais baixo (21,3%). Além de países desenvolvidos, constavam nesta lista países latino-americanos, asiáticos e africanos.

mocrática, empresários e trabalhadores concordaram não apenas em torno da democracia, mas também da necessidade de reduzir a grande desigualdade econômica da sociedade brasileira. E se acordou, também, que isso seria feito, principalmente, por meio do aumento do gasto social do Estado em educação e em saúde. Nada se falou sobre um imposto progressivo, embora isso seja hoje a principal causa da desigualdade brasileira. Esse acordo foi seguido pelos governos que se seguiram até os governos do PT, para os quais a diminuição da desigualdade foi a prioridade. Por isso, em meu livro *A construção política do Brasil*, designei o período 1980-2014 de Ciclo Democracia e Justiça Social. Foi apenas em 2015, quando os economistas neoliberais recuperaram a voz, e no ano seguinte, quando a elite financeiro-rentista alcança uma hegemonia ideológica nunca vista antes no Brasil, que esse pacto é definitivamente abandonado por ela, enquanto os economistas liberais explicam a crise fiscal por um aumento de despesas que, até 2012, correspondia basicamente ao que fora acordado.

O avanço social logrado a partir da transição democrática foi substancial. A democracia não foi capaz de superar o problema de baixo crescimento econômico que perdura desde 1980, mas soube enfrentar com algum êxito o problema da desigualdade e da pobreza. Segundo o Banco Mundial, o Brasil conseguiu praticamente eliminar a pobreza extrema e fez isso mais rápido que seus vizinhos. Em seu relatório de 2014, o Banco ressaltou que o número de brasileiros vivendo com menos de 2,5 dólares (cerca de 7,5 reais) por dia caiu de 10% para 4% entre 2001 e 2013. A renda domiciliar *per capita* da população brasileira aumentou 40,7% entre 2003 e 2011, taxa 13,3 pontos superior à apresentada pelo PIB *per capita*, que avançou 27,7% no período.

GRÁFICO 15
Índice de Gini no Brasil — 1960-2014



Fontes: Velloso (1991) (dados dos Censos de 1960, 1970 e 1980); Ramos (1993) (dados de 1976 a 1979, elaboração do autor a partir da PNAD); Ipeadata (de 1981 até 2009; para os anos de 1991, 1994 e 2000 foram utilizados os dados do período seguinte).

A participação dos salários no PIB, que subira com o Plano Real, cai em seguida, mas volta a crescer a partir de 2004, o que confirma o modelo de crescimento voltado para o consumo que caracterizou os governos do PT, que possibilitou ampla inclusão social, mas revelou-se insustentável, como bem demonstrariam as baixas taxas de crescimento do governo Dilma.²⁰ Um indicador significativo desse fato é o índice de Gini, que, depois de alcançar seu auge no início dos anos 1990, passou a cair em seguida de maneira significativa, como podemos ver

²⁰ A participação dos salários no PIB, que alcançara 35% em 1995, logo após o Plano Real, e caíra para 31% em 2004, volta a subir para 35% em 2009. Em termos das contas nacionais, o consumo das famílias, que era de 60,3% do PIB em 2001, passou a 62,5% em 2013. Fontes: estimativas de Sic-sú (2010:14), com base nas Contas Nacionais do IBGE; e dados do IBGE.

pelo gráfico 15. O ano em que esse índice alcançara o nível mais alto foi 1989, quando a alta inflação inercial se transformou em hiperinflação nos últimos meses do governo Sarney, e o Gini alcançou 0,636. Passou a partir de então a cair de forma consistente, alcançando 0,49 em 2014.²¹ A melhoria do índice a partir de 1989 deveu-se, primeiro, ao Plano Real, que terminou com a alta inflação em 1994, e à política redistributiva dos governos Cardoso, Lula e Dilma, e principalmente ao aumento do salário mínimo no governo Lula, que foi de 52% em termos reais. No governo Dilma a despesa social e o salário mínimo real continuaram a aumentar, enquanto a taxa de crescimento caía e a taxa de lucro na indústria tendia a zerar em função dos altos juros e do câmbio apreciado. Estava no momento de interromper por algum tempo o processo de aumento do salário mínimo real e dos salários em geral para que eles voltassem a crescer com o aumento da produtividade, e de controlar melhor o aumento da despesa social. Dilma não compreendeu isso, continuou a aumentar esses gastos e a realizar desonerações em benefício das empresas, e perdeu o controle da conta fiscal.

TABELA 2

IDH e indicadores sociais — 1980-2014

	1980	2014
Índice de desenvolvimento humano	0,55	0,74
Esperança de vida (anos)	62,5	74,9
Mortalidade infantil (1 ano, %)	69,1	14,9
Índice de analfabetismo (%)	25,9	8,4
PIB per capita GDP (PPP\$2005)	7,310	10,200
PIB per capita (PPP \$2012)		15,412

Fonte: PNUD/IBGE.

²¹ Fonte: Ipeadata (2010).

se fossem eles, e não os interesses dos rentistas e financistas, a origem dos males do país.

O golpe do *impeachment* representou um golpe para os trabalhadores e os excluídos e para a esquerda e a centro-esquerda brasileira, que protestaram contra o golpe e vêm protestando contra as políticas e reformas neoliberais do governo. Esse protesto é importante, como é importante continuar a luta pela diminuição da desigualdade no Brasil, que continua muito alta. Mas é importante também que as forças progressistas mostrem que têm uma alternativa de política econômica viável e responsável, que governará não apenas com os trabalhadores, mas também com a classe média moderna e com os empresários, tanto industriais como do agronegócio. É preciso reconhecer que o governo Dilma não mostrou essa capacidade.

A luta pela diminuição da desigualdade envolve uma permanente tensão entre crescimento e distribuição. Nela é inaceitável a tese “primeiro vamos crescer e depois distribuir”. No Brasil a fase da acumulação primitiva, na qual isso é inevitável, já foi há muito ultrapassada, e é preciso uma política firme de inclusão social e de distribuição. Mas isso não significa que todos os setores ganharão. Neste livro eu estou trabalhando com seis atores sociais: os trabalhadores, os excluídos, os empresários, a classe média não rentista, os rentistas e os financistas. Entre eles, apenas os muito ricos e os rentistas e financistas deverão sofrer uma perda relativa. Como, por qual método de distribuição? Por meio da manutenção da taxa de juros em um nível civilizado e por meio de uma reforma tributária que torne os impostos progressivos. É impressionante como um sistema tributário progressista faz diferença. Por exemplo, os índices de Gini da Suécia e dos Estados Unidos são quase iguais antes do pagamento dos impostos; depois, a diferença é enorme.

A despesa com juros: captura do patrimônio público

A despesa com juros: captura do patrimônio público

Finalmente, o problema dos imensos juros que o Estado paga sobre sua dívida pública mobiliária. As altas taxas de juros vigentes na economia brasileira são uma causa central do seu baixo crescimento. Primeiro, diretamente, porque investimentos duplamente. Primeiro, diretamente, porque quanto maior for a taxa de juros que as empresas tiverem que pagar, mais alta será a taxa de lucro esperada que as levará a investir. Segundo, indiretamente, na medida em que, dada a decisão do governo de procurar crescer com poupança externa, a taxa de câmbio do país necessariamente se aprecia e, ao invés de estimular o investimento, estimula o consumo. Foi essa a decisão do governo Fernando Henrique Cardoso, que iniciou o governo com zero de conta-corrente e deixou para seu sucessor um déficit elevado; foi também essa a política do governo Lula, que manteve o nível do déficit em conta-corrente que herdara. Nos dois casos, esses déficits precisaram ser, e foram, financiados de maneira permanente, e as entradas de capitais mantiveram a taxa de câmbio apreciada no longo prazo, além de aumentarem a dívida do país: patrimonial, se o financiamento foi feito por títulos de dívida, financeira, se o financiamento foi feito por investimentos diretos estrangeiros.

Os juros pagos (mesmo pelas empresas com alto nível de crédito) são muito altos. Isto se deve ao fato de a taxa de juros básica, a Selic, ser muito alta no Brasil, e serem também muito altos os *spreads* (juros acima da Selic) cobrados pelos bancos. Eles emprestam pouco, mas obtêm bons lucros pelos meios. Limitando-me, apenas, à Selic, minha convicção é a de que os juros pagos pelo Estado sobre sua dívida mobiliária são extorsivos. Não há explicação para eles se não conside-

rarmos como uma de suas causas a hegemonia ideológica do capitalismo financeiro-rentista no Brasil. Isso não significa, naturalmente, que eu acredite que a Selic seja resultado de uma conspiração. Tanto não é que ela vem caindo através dos anos, desde o nível muito alto que foi estabelecido para ela no Plano Real e, depois, na crise financeira de 2002. O gráfico 11, no capítulo anterior, quando discuti a armadilha dos juros altos e do câmbio apreciado, deixa muito claro como a Selic é muito mais alta do que precisaria ser. O risco

Brasil é um bom indicador do nível em torno do qual a taxa básica de juros deve ser praticada pelo banco central. Ora, a Selic tem-se mantido bem acima desse nível. Um argumento curioso que apresentam os defensores da política monetária brasileira é a de que no período 2003-17 a taxa média de inflação foi de 6,3% ao ano, bem acima do centro do regime de metas de inflação, que foi de 4,5%. Os dois números estão corretos. Mas sabemos que essa resistência da inflação para baixa (só, afinal, vencida, em 2017, graças a uma recessão brutal) decorre da inércia inflacionária. Ora, se é esse o caso, por que o governo não decide afinal proibir por emenda constitucional a causa dessa inércia — a indexação formal dos contratos? Existe no Senado um projeto nessa direção que ajudei a escrever há muitos anos. Segundo, temos o problema dos títulos públicos indexados que eliminam o efeito-riqueza da elevação dos juros e fazem com que a política monetária perca eficácia. Sem dúvida, esse é um problema, novamente relacionado com a indexação. Por que o governo não faz uma reforma monetária para resolver esse problema e elimina definitivamente os títulos públicos indexados? Só vejo uma resposta para essa questão. Não há interesse do sistema financeiro, não há interesse da coalizão financeiro-rentista em realizar essas reformas.

TABELA 3

Despesa com juros do Estado brasileiro: 2012-17

Ano	R\$ bilhões	% PIB
2012	305	5,2
2013	317	5,4
2014	365	6,2
2015	540	9,1
2016	402	6,8
2017	380	6,4

Fonte: Banco Central do Brasil. Reais de dezembro de 2016.

Mas há ainda o problema dos juros totais pagos sobre a dívida mobiliária do Estado. Eles são altíssimos, como podemos ver pela tabela 3. São juros que têm girado em torno de 6% do PIB, tendo alcançado 9,1% em 2015.

TABELA 4

Despesa com juros, saúde e educação, 2016

	R\$ bilhões	% PIB
Juros	402	6,2
Saúde	337	5,2
Educação	234	3,6

Fontes: Banco Central do Brasil, Ministério do Planejamento.

Observação: os juros são só do governo federal, as despesas com saúde e educação incluem os estados e municípios.

Outra forma de avaliar o absurdo da conta de juros do Estado brasileiro é comparar as despesas de juros com as despesas com saúde e educação. Como vemos pela tabela 4, em 2016 gastou-se mais com juros do que com saúde, ou com educação. Mas o curioso é que esse fato é sempre “esquecido”

pela ortodoxia liberal. O uso da métrica do “superávit primário” ao invés do déficit público é a forma que foi encontrada internacionalmente, com o apoio do FMI, para se deixar de lado a despesa pública com juros. Mas ao mesmo tempo essa ortodoxia clama por responsabilidade fiscal. Sou também definitivamente a favor de responsabilidade fiscal, mas também responsabilidade fiscal quando se fazem esses gastos enormes com juros a partir de uma taxa de juros altíssima? Mas, pode objetar o defensor do regime de política econômica liberal vigente no Brasil, esses juros altos são consequência das despesas públicas irresponsáveis realizadas pelos governos. De acordo, houve irresponsabilidade fiscal em várias ocasiões desde 1990. Mas a causa principal dos altos déficits públicos e do resultante endividamento público não é o déficit nominal do setor público, mas outras despesas. Conforme estudo de Couto, Lima e Couto (2018), nos 16 anos dos governos FHC e Lula (1995-2010) o déficit nominal do governo central representou apenas 40% da elevação da dívida interna no período. Os outros 60% sendo explicados por ajustes patrimoniais e cambiais, incorporação de juros e programas de socorro a bancos como foi o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) (Couto, Lima e Couto, 2018). Não houve, portanto, populismo fiscal nesses 16 anos. Os episódios de populismo fiscal aconteceram antes de 1999 e depois de 2010. E, durante todo o período, houve, naturalmente, um grande populismo cambial, como podemos ver pelos déficits em conta-corrente e pela taxa de câmbio depreciada ciclicamente.